

ESCOLA DO MORRO, ESCOLA DO ASFALTO: PRODUÇÃO DE TERRITÓRIOS E REPRODUÇÃO DE DESIGUALDADES PELA IMPRENSA (1924-1940)¹

*Paula Leonardi*²

Resumo: No processo de consolidação do estado nacional no Brasil o que permaneceu e que parece se estender até os dias atuais é a cultura católica. Por quais vias ela logrou tal permanência? Quais práticas permitiram sua implementação e perenidade no território brasileiro? A hipótese que norteia essa investigação é que o patrimônio imobiliário ou o patrimônio material edificado, constituído aqui no país, tem participação nesta duração na medida em que produz memória e território. Tendo como objetivo pensar o lugar das escolas no espaço da cidade, procurando identificar como marcam a paisagem e compreender se e de que maneira produzem território/territorialidades, neste artigo recorta-se um momento da pesquisa que discute as representações de escolas católicas e públicas presentes nas páginas dos jornais. Na toada da construção de um “cenário de poder” (Nunes, 1993) no Rio de Janeiro do início do século XX, congregações religiosas e poder público tanto disputavam espaços como colaboraram. De que maneira a mídia impressa pode ter contribuído para a aceitação dessas alterações no espaço ou da mudança funcional de uma edificação? Quais representações se difundiam sobre a instalação desses colégios na cidade do Rio de Janeiro? Para responder a estas questões, circunscrevemos nossa análise à região da Grande Tijuca comparando os casos de uma escola católica e de uma escola de Anísio Teixeira.

Palavras-chave: Escolas católicas; Escolas municipais; Território; Memória.

¹ Como citar: LEONARDI, Paula. Escola do morro, escola do asfalto: produção de territórios e reprodução de desigualdades pela imprensa (1924-1940). *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 24, n. 45, e143172, 2025.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. É professora da graduação e da pós-graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora do GEHER/UERJ (Grupo de Estudos História da Educação e Religião), Brasil. Atuou como professora convidada da Universidade de Bordeaux, na França. E-mail: leonardi.paula@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4046-9703>.

*SCHOOL TERRITORIES: THE PRESENCE OF CATHOLIC AND PUBLIC
SCHOOLS IN THE LANDSCAPE OF RIO DE JANEIRO (1900 - 1940)*

Abstract: In the process of consolidating the national state in Brazil, what has remained and what seems to continue to this day is Catholic culture. By what means did it achieve this permanence? What practices allowed it to be implemented and remain in Brazilian territory? The hypothesis guiding this investigation is that the property or built material heritage, constituted here in the country, plays a role in this duration insofar as it produces memory and territory. With the aim of thinking about the place of schools in the city, trying to identify how they mark the landscape and understand if and how they produce territory/territorialities, this article focuses on a moment in the research that discusses the representations of Catholic and public schools in the pages of newspapers. As part of the construction of a “power scenario” (Nunes, 1993) in Rio de Janeiro at the beginning of the 20th century, religious congregations and public authorities both competed for space and collaborated. How could the print media have contributed to the acceptance of these changes in space or the functional change of a building? What representations were disseminated about the establishment of these schools in the city of Rio de Janeiro? To answer these questions, we limited our analysis to the Greater Tijuca region, comparing the cases of a Catholic school and a school run by Anísio Teixeira.

Keywords: Catholic schools; Municipal schools; Territory; Memory.

INTRODUÇÃO

No dia vinte e dois de janeiro de 1936, o *Diário Carioca* estampava à página cinco, sem muito destaque, uma caricatura do então prefeito Pedro Ernesto (1931-1934) ao lado do texto intitulado “Escolas para os morros”:

(...) foi recebido pelos seus habitantes ao som de sambas não faltando o barulho das cuicas dos pandeiros, dos tamborins.

E para aumentar o esplendor da solenidade também não faltou uma briga authentica entre dois mulatos reforçados da zona.

Todos suavam. Os cabelos do prefeito e dos seus companheiros escorriam um liquido quente pela testa e pelo pescoço dos respectivos donos.

O samba foi a musica predominante. (...) Tudo isso porque ia ser inaugurada a Escola Humberto de Campos naquele morro tão tradicional na vida da cidade. O povo estava contente e quase mata o sr. Pedro Ernesto espremendo-o violentamente. Afinal, a população do morro da Mangueira já não se vae preocupar somente com os sambas. (...).

Os morros precisam de escolas. Ainda há poucos dias, comentávamos o apelo da infância da Favella, onde por tantos anos a malandragem profissional preparou e educou muitas gerações.

Toda obra de um governo desaparecerá no conceito publico se não se voltar para o grande problema da educação.

O Diário Carioca³, conhecido por seu tom irônico, retratava a favela da Mangueira como o espaço do samba, das brigas, do predomínio da malandragem como escola, no sentido de princípios formadores de um grupo. No cenário pintado pelo periódico, as autoridades derretiam no calor. A escola que inauguravam deveria se contrapor a tudo isso, a tudo o que representava a Mangueira para o autor do texto.

Há um quilômetro dali, no bairro de Vila Isabel, outra escola, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, inaugurada cerca de dez anos antes, também teve espaço na imprensa da época. No dia seguinte ao lançamento da pedra

³ Fundado por José Eduardo de Macedo Soares foi criado para fazer oposição a Washington Luís e seu candidato à sucessão, Júlio Prestes. O jornal apoiou a Aliança Liberal de Vargas.

fundamental, o *Jornal do Brasil* (Notas Sociaes, 1924, p. 8) contava que a antiga casa do Visconde de Ouro Preto havia deixado seu caráter “egoístico de residência” para se transformar em escola, alcançando “fins mais elevados e mais duradouros”. Neste caso, a descrição das autoridades ali presentes – conde Affonso Celso, filho do Visconde; D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio, dentre outras – caracterizou-as com sobriedade e a matéria deu espaço para seus pomposos discursos.

Ambos os textos constroem representações sobre a maneira como os edifícios escolares disputavam e ocupavam o espaço da cidade carioca, sobre as qualidades que se pensavam intrínsecas aos lugares em que estavam instalados, qualidades dos prédios extensivas à qualidade da educação ali ministrada e dos sujeitos envolvidos. Este texto acompanhará as notícias da fundação de cada uma dessas escolas, e depois as notícias sobre elas ao longo do tempo até se tornarem escassas na imprensa. As duas escolas não foram fundadas em datas próximas, mas acompanhar as representações ao longo do tempo permite perceber como há algumas permanências nas imagens divulgadas.

Isto oferece a possibilidade de alcançar o objetivo deste texto: pensar o lugar das escolas no espaço da cidade pela ótica daqueles que narram imagens dessas instituições, de seus edifícios inseridos na paisagem. De que maneira os repórteres, jornalistas ou escritores que publicavam na imprensa periódica, ao construir representações sobre as escolas e os lugares onde estavam, contribuíram para a produção de territórios, territorialidades?⁴

A cidade é lugar de convivência de diferentes classes sociais, crenças e valores que são projetados em formas espaciais (Corrêa, 1985 apud Berth, 2023) e em imagens e discursos nos periódicos. Essa difusão pela mídia impressa de modos de ver os colégios condensa memórias, representações, e forma opiniões.

⁴ Este artigo é um recorte de pesquisa mais ampla que estuda escolas católicas e públicas na grande Tijuca, Rio de Janeiro. Conta com financiamento do CNPq e da Faperj.

O conceito de “imagens de controle” definido por Collins (2019 apud Berth, 2023), como práticas usadas pelo racismo e pelo machismo no âmbito da comunicação de massa criando exclusões, apagamentos, discriminações, segregações, será de grande valia neste caminho de investigação. Joice Berth, no seu livro “Se a cidade fosse nossa” (2023), amplia esse conceito ao afirmar que tais imagens são também discursos simbólicos de controle. Elas pautam territórios.

Na história da educação, há estudos que abordam as percepções de ex-alunos sobre suas escolas (Hobsbawn e Ranger, 2012); outros avançaram sobre a questão da arquitetura como um programa educativo (Brito e Boschini, 2021; Frago e Escolano, 1998, entre outros); ou, ainda, sobre o papel das escolas na construção da urbanidade (Camargo, 2011; Paulilo e Silva, 2012; Pinto, 2012; Conduru, 2014). Neste texto o foco não estará centrado sobre produtores do espaço como o poder público, a Igreja ou as congregações religiosas na pessoa de seus representantes. Indaga-se outros agentes produtores de espaços simbólicos – jornalistas, articulistas, escritores – procurando entender como compreendiam e apresentavam a presença das escolas na paisagem urbana do Rio. Ou seja, como percebiam e criavam imagens controle e discursos simbólicos de controle a respeito das ações do poder público e de agentes da Igreja ao produzirem o espaço por meio da instalação de colégios e escolas.

A imprensa, pedagógica ou não, foi, desde os anos finais do século XIX, importante instrumento para intervir nas questões sociais, culturais e educacionais (Luca, 2006; Teixeira, 2016), fontes de informação e de propagação de valores no cotidiano da sociedade urbana dos séculos XIX e XX, projetados em formas espaciais e em imagens e discursos nos jornais e revistas. Neste espaço formativo e informativo misturavam-se tentativas de imparcialidade e o abertamente tendencioso (Luca, 2006). Em suas páginas, o fluxo do cotidiano é perceptível nos conflitos de interesse, compromissos e paixões que se procurará, neste artigo, indicar ao analisar as posições dos periódicos sobre as escolas em questão.

Registrar, discutir, explicar e comentar sobre a inauguração de um edifício escolar não são ações inócuas, mas sim ativa divulgação de representações (Ginzburg, 2001; Ricoeur, 2007) sobre estes espaços e seu entorno. Daí é possível deduzir que os jornais colaboravam na produção de um espaço material e simbólico, na produção de um território?

Território, aqui, não será compreendido em sua acepção comum de fronteiras de um estado. Embora a escola tenha sido fundamental na construção simbólica da nação ao divulgar uma história comum, uma geografia e seus limites, uma cultura (Vidal, 2020), aqui, o caminho será inverso, não sobre como a escola contribui para a construção do território nacional. Mas, sim, sobre como constrói micro territórios/territorialidades, unicamente pela sua presença (como edifício) em um espaço com o qual exerce trocas, produz e é produzida, e por suscitar elaborações simbólicas a seu respeito, representações que se constroem dela e de seu entorno.

A sensação de pertencimento a determinados espaços, as possibilidades ou não de aceder ao uso de lugares, considerá-los (espaços e lugares) como algo que se observa, se utiliza, se transforma e/ou do qual se orgulha, envolve compreender formas de controle material e simbólico do espaço. Território, como define Milton Santos (2005), é a soma e o intercâmbio de objetos e ações, é o chão mais a identidade, o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.

As reformas urbanas têm essa característica: ao mudar o chão, muda-se o comportamento das pessoas e a maneira como se relacionam com aquele espaço. Houve duas grandes reformas urbanas⁵ nas duas primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro que pretendiam transformá-lo em uma cidade moderna e civilizar os costumes. Qualquer intervenção material no espaço é, também, uma intervenção no modo como nos relacionamos com ele. Para “forjar, humana e materialmente, a vida da cidade” era preciso “integrar os componentes da paisagem (morros, sinuosidades, montanhosas,

⁵ Entre 1903 e 1906 as Reformas empreendidas por Pereira Passos e em 1922 pelo prefeito e engenheiro Carlos Sampaio (Abreu, 2013; Benchimol, 1992).

atmosfera litorânea etc) com os da ordem urbana” (Paulilo e Silva, 2012, p. 132). Modernizar a capital era também higienizá-la. Não é preciso dizer que o modelo era a Europa. As mudanças promovidas pelas reformas, apropriadas de diferentes formas pela população, também contribuíram para o crescimento multidirecional das favelas (Abreu, 2013).

A região da Grande Tijuca, alcançando Vila Isabel e Mangueira, é propícia para análise desses movimentos e das disputas entre a Igreja Católica e o poder público que são emblemáticas no caso dos dois colégios aqui analisados. Ali encontravam-se casarões de campo dos nobres da corte e também a ocupação dos morros. Em Vila Isabel funciona desde 1924 até os dias atuais o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, uma escola do asfalto, como se diz nos dias de hoje. E no morro da Mangueira também está em pleno funcionamento a Escola Humberto de Campos, a primeira do morro fundada em 1936.

A preocupação com um lugar específico para o ensino data de meados do século XIX no Brasil. Um lugar que não se confundisse com a casa dos professores, que não fossem casas alugadas, mas edifícios pensados para serem escolas. Os grupos escolares atestam essa maior preocupação com ambientes funcionais (Souza, 1998). Na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas do século XX, concomitante a algumas das reformas urbanas que a cidade sofreu, Anísio Teixeira, na gestão do prefeito Pedro Ernesto preocupou-se com este aspecto da educação e até mesmo criou um setor destinado a isso na Secretaria de Instrução Pública do Distrito Federal (Dórea, 2000). Segundo Teixeira, dentre as crianças de 6 a 12 anos (196.000 indivíduos) só 45% tinham acesso à educação. Dórea (2000, p. 154) relata que

Segundo o arquiteto Nereu de Sampaio, chefe do Serviço de Prédios e Aparelhamentos Escolares, a administração anterior, do diretor Fernando de Azevedo, chegou a esboçar um plano geral proibindo em lei a compra de propriedades particulares e fixando as dimensões mínimas dos terrenos a serem adquiridos e conseguiu deixar construídas quatro grandes escolas: a Escola Normal (naquela época, Instituto de Educação), a "Uruguai", a "Estados Unidos" e a "Argentina".

De resto, grande parte dos prédios escolares, existentes no Distrito Federal até o ano de 1932, não passava de escolas-pardieiros, como as denominou o próprio Nereu de Sampaio, escolas estas que repeliam alunos e professores⁶.

A escola Humberto de Campos, na Mangueira, é considerada uma das escolas identificadas posteriormente como Escolas de Anísio Teixeira⁷ porque projetada durante sua gestão, embora este já não estivesse mais à frente da pasta de Instrução Pública do Distrito Federal quando conflitos com a Igreja Católica levaram a sua demissão. Anísio não participou dessa inauguração, mas os jornais noticiavam que era uma escola de tipo mínimo, marca de seu plano de edificações escolares, como se verá mais adiante.

Para Nunes (1993), o uso da pedagogia dos modernos, dentre eles Anísio, tinha tríplice dimensão: a construção de uma ordem espacial, de uma ordem produtiva e de uma ordem política que implicava deslocar a Igreja do espaço da educação escolar. Os embates não foram poucos e a administração de Anísio sofreu forte oposição de intelectuais católicos culminando em sua retirada do cargo em 1935, justamente quando se estruturava a Universidade do Distrito Federal (UDF) sob seu comando. O Centro Dom Vital, reduto da intelectualidade católica, indicou a nova direção da UDF. Acusado e perseguido, Anísio afastou-se da vida pública por 12 anos.

Cabe lembrar que estamos nos anos da Intentona Comunista (1935) e do Plano Cohen forjado pelos Integralistas (1937), eventos que contribuíram para o golpe de estado que implementou o Estado Novo varguista. Um dos jornais aqui analisado, o *Diário Carioca*, parece ter apoiado o golpe⁸. Para se ter uma ideia do alvoroço político em torno desses anos, a prisão

⁶ O termo pardieiro era usado não somente no Rio de Janeiro para prédios cuja função de uso não foi pensada originalmente para serem escolas. Ver Faria Filho (2000).

⁷ Segundo o portal *Escolas de Anísio Teixeira*, vinculado à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_anisio/nav_anisio.htm. Acesso em: 03 fev. 2025.

⁸ Integrante do acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/diario-carioca/>.

do prefeito Pedro Ernesto e de Anísio Teixeira foram pedidas sendo ambos acusados de comunismo.

A Igreja tomou parte ativamente nesses embates e também ofereceu escolas para diferentes segmentos da população, da elite aos mais pobres⁹. Se historicamente sua visibilidade na cidade estava ligada a suntuosos edifícios escolares para as elites, neste momento Dom Leme, arcebispo do Rio de Janeiro, empreendeu ação importante a fim de competir com os esforços de Anísio Teixeira. Às suas escolas contrapôs, praticamente nos mesmos espaços, 50 estabelecimentos de ensino para a educação básica denominados Escolas Populares Cardeal Arcoverde (Leonardi e Martins, 2022). Nenhuma delas sobreviveu. Podemos ver aí uma disputa por territórios.

Clarice Nunes (1993) perguntou-se se os 25 prédios escolares construídos durante a gestão de Anísio Teixeira reinventavam o moderno da década de 1920 e sua resposta foi afirmativa. Tradicional e moderno apontam assimetria na forma como se relacionam com o tempo, o presente sendo percebido em sua transitoriedade e instabilidade pode promover certa tensão temporal encarnada no espaço. É com esta hipótese calcada no estudo de Nunes que esta pesquisa trabalha. Os prédios escolares da gestão de Teixeira simbolizaram, para a autora, o lócus do moderno. Vejamos o que diziam os jornais.

O trabalho de pesquisa foi realizado a partir do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Noventa e uma ocorrências foram encontradas a respeito da Escola Humberto de Campos¹⁰. Sobre o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, 137 que foram trabalhadas de maneira mais detida em outro artigo (Leonardi e Maia, 2023) e aqui entrarão para compor a discussão e a perspectiva comparativa. Sobre o Humberto de Campos, foram descartadas ocorrências que apenas listavam todas as escolas da cidade (como no Almanaque Laemmert, por exemplo), transferências e designações de

⁹ Para as escolas e colégios católicos de elite e sua distribuição na paisagem do Rio de Janeiro ver (Leonardi, Arantes e Souza, 2021).

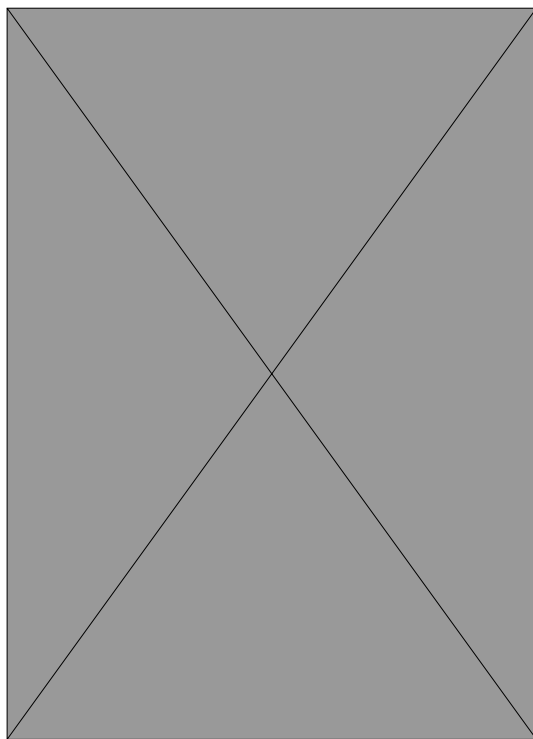
¹⁰ Dentre os jornais estão: Diário Carioca, Jornal do Brasil, Correio da Manhã, A Nação, Jornal do Commercio, Diário de Notícias, Gazeta de Notícias, dentre outros.

professoras¹¹, sobre nomeações de dentistas para a escola (total de 41 ocorrências) e notícias fúnebres ou de aniversários (4). Restaram 48 notícias e/ou reportagens.

¹¹ Chamou a atenção o nome da professora Mercedes Pereira Passos designada pela escola (Jornal do Brasil, 19/09/1947, p. 8), quem seria? Parente do prefeito Pereira Passos, aquele do bota abaixo e da primeira reforma de monta na cidade? Muitos nomes de professoras da rede pública que permanecem anônimas na história da educação. O que seria se encontrássemos delas diários, anotações, cadernos?

A INAUGURAÇÃO: ARQUITETURA A FAVOR DO APARELHAMENTO MORAL

Figura 1: Página da revista O Cruzeiro.



Fonte: "O Cruzeiro" (1936). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹².

A repercussão na revista O Cruzeiro, tempos depois da inauguração da Escola Humberto de Campos, indica a importância que tomaram as iniciativas de Anísio Teixeira à frente da Instrução Pública no Distrito Federal.

¹² 24/01/1936, edição 12 (1), p. 10.

Duas escolas municipais foram inauguradas no mesmo dia: a Mem de Sá¹³ (na Fortaleza de São João) e a Humberto de Campos¹⁴ (na Mangueira). A revista noticiou que se tratava de escolas “do mesmo tipo”, com três salas de aula amplas, duas para administração e gabinete médico-dentário, um “extenso e espaçoso corredor” e completas instalações sanitárias para meninos e meninas” (Duas novas escolas municipais, 24/01/1936, p. 10).

Quando Anísio lançou o plano de construção dessas escolas para a educação básica, o diretor adotou medidas firmes, deslocando a ideia de carência intrínseca aos sujeitos para a omissão do Estado em relação à política de educação (Nunes, 2000; Dórea, 2000). O plano de edificações escolares elaborado por sua administração permitiria elevar o número de matrículas e considerar o projeto pedagógico voltado para o aluno.

A reforma do ensino por ele assumida durante a gestão do Prefeito Pedro Ernesto projetou-o nacionalmente. Anísio pertencia a uma geração que tinha a preocupação maior de “organizar a nação e forjar o povo através de uma cultura que procurava assegurar a sua unidade pela instrução pública, pela reforma do ensino e pela construção de um campo cultural a partir da universidade” (Nunes, 2000, p. 13). Para Nunes (2000, p. 10), Anísio “pagou um alto preço pela defesa concreta e intransigente de que a *educação não é privilégio*”. Como já mencionado, sofreu dura oposição da Igreja, sendo substituído como reitor da Universidade do Distrito Federal por Alceu Amoroso Lima, do Centro Dom Vital, núcleo da intelectualidade católica. O bispo Dom Leme atuou diretamente neste episódio.

No início deste texto, a citação do Diário Carioca trata da inauguração da escola com imagens controle que opõem a escola ao local onde foi instalada. Ela estaria ali para civilizar, para transformar aquele território

¹³ Foi o terceiro governador geral do Brasil na Colônia. Nasceu em 1504 em Coimbra e morreu em 1572 em Salvador.

¹⁴ Humberto de Campos, jornalista, político e escritor, nasceu em Miritiba, atual Campos, em 1886 e morreu no Rio de Janeiro em 1934.

instalando ali outra identidade. Nem todas as notícias encontradas tratam da inauguração desse modo.

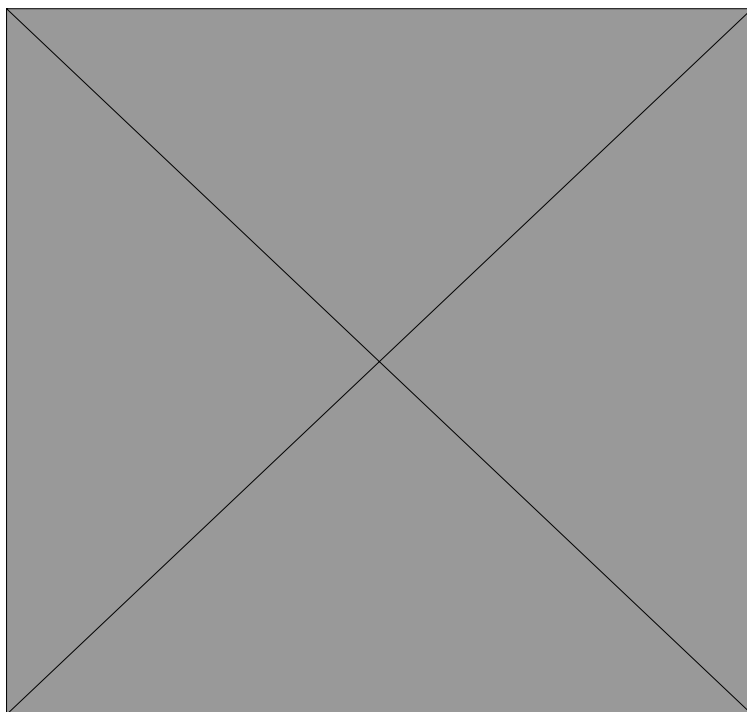
A revista *O Cruzeiro* (24/01/1936, p. 10) repercutia seu “(...) notável programma educacional, em que avulta o plano de modernas e confortáveis edificações escolares. Inaugurando a primeira escola que já se construiu no morro”, com capacidade para mil e duzentos alunos. A Revista¹⁵ informa que o Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, esteve na solenidade de inauguração da Humberto de Campos, contudo isso não se confirma em outros periódicos que afirmam a presença do prefeito nesta escola e a do ministro na escola da Fortaleza.

No *Diário da Noite*¹⁶ a matéria foi mais extensa, em primeira página, com a foto da fachada da escola recém inaugurada na Mangueira:

¹⁵ A Revista, criada por Carlos Malheiros Dias passou ao controle de Assis Chateaubriand que contou com aporte do Banco da Província e intermediação do então ministro da Fazenda, Getúlio Vargas. Este apostava no potencial político da nova revista (Campos, 2016).

¹⁶ Também pertencente ao grupo de Chateaubriand, explicitamente liberal ligado a Vargas.

Figura 2: Fachada da Escola Humberto de Campos.



Fonte: Diário da Noite (1936). Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional¹⁷.

Informava que as duas escolas inauguradas (na Fortaleza e na Mangueira), modelares, eram do tipo “mínimo”, destinando-se a zonas isoladas e de população escolar reduzida. “A architectura obedece, em tudo, às necessidades funcçionaes do prédio e a sua localização é feita depois de rigorosos estudos sobre as correntes de ar e as direcções do sol e da chuva” (A primeira escola do morro, 21/01/1936, p. 1.). A descrição é a mesma feita pelo jornal

¹⁷ 21/01/1936, p. 1.

Correio da Manhã¹⁸, indicando a probabilidade do texto ter sido redigido no gabinete e informado à imprensa ou que foi copiado entre os jornalistas.

O discurso de Francisco Campos, intelectual católico, louvava o empreendimento de Pedro Ernesto no “desenvolvimento do aparelhamento moral, intelectual e material do ensino”. A escola da Fortaleza seria, assim, “uma escola dentro de outra escola (...) onde se cultiva o espírito de devotamento e de bravura dos nossos militares. Elogiou a direção do General Newton Cavalcanti e fez votos de que a “pequena” escola colaborasse e seguisse os passos da grande.” (ibid., p. 1).

No morro da Mangueira, apesar do jornal informar que estavam presentes as mesmas autoridades, não houve registro de fala do ministro, apenas do prefeito. Nesta, o povo é exortado a procurar a educação. “Um povo, para vencer, necessita de educação e cultura, e é isso justamente que agora vos ofereço.” Nas escolas que construiria em cada morro da capital, as crianças poderiam “beber as primeiras luzes da sciencia” (ibid., p. 1).

O Correio da Manhã informa a localização exata da escola na travessa Sayão Lobato e elogia o “edifício moderno, ao mesmo typo dos já inaugurados nos quatro cantos da metrópole, com o nome de ‘Escola Humberto de Campos’” (21/01/1936, p. 10). Menciona também, que as escolas de samba franqueadas pela União das Escolas de Samba e seu presidente, o sr. Servan de Carvalho, quiseram

patentear ao prefeito o grão elevado do seu reconhecimento, não só pelo acto inaugural da escola publica, como também pela sancção que deu à subvenção daquelas instituições para os festejos carnavalescos. Por isso mesmo, as íngremes ladeiras do celebre morro estavam coalhadas de uma compacta multidão, numa authentica parada de melodias, com o ruido dolente de mil cuicas, de cinco mil pandeiros e dez mil tamborins, casando o seu fular

¹⁸ De propriedade de Edmundo Bittencourt, o periódico anunciava-se como privilegiando a informação em detrimento da opinião. Fez oposição a quase todos os governos dos primeiros anos da República. (Lopes, 2017).

inquieta à harmonia das vozes autorizadas do verdadeiro samba do morro. Um espectáculo memorável! (A inauguração..., 21/01/1936, p. 10).

Assinada a ata de inauguração, falaram os srs. Carlos Moreira de Castro, em nome da população e Augusto Vital de Carnauba. Este último, a quem não se pôde identificar mais do que o nome, teria solicitado ao prefeito que para a nova escola fosse dado o nome de Saturnino Gonçalves, “benfeitor do morro já falecido”, conforme noticiava o *Correio da Manhã*. Também foi um dos fundadores do Bloco dos Arengueiros, junto com Cartola e Carlos Cachça, que veio a se tornar, mais tarde, a escola de samba Estação Primeira de Mangueira. Marceneiro, comerciante de móveis e funcionário público, Saturnino Gonçalves nasceu e morreu na cidade do Rio de Janeiro (Albin, 2006).

Também se pronunciaram Nicornelio Baptista, orador da União das Escolas de Samba, Rubens Gomes, do Prazer da Serrinha, do bairro Madureira, e Servam de Carvalho, Presidente da União. Este último não se furtou a marcar o que considerava patrimônio. Segundo o jornal,

fez um bello discurso de saudação ao governador da cidade acentuando que enquanto outras agremiações vivem apenas por ocasião dos festejos carnavalescos, as escolas de samba têm vida própria, durante todo o anno, em uma actividade pasmosa, em prol da musica, em prol do que é nosso” (A inauguração..., 21/01/1936, p. 10).

O prefeito visitou a escola, as agremiações da Escola de Samba e do centro recreativo e depois assistiu, da alameda principal, o desfile das escolas de samba que terminou noite adentro. Diferente da elaboração do *Diário Carioca* apresentada na abertura deste texto, o jornalista termina ressaltando a admiração do prefeito com a ordem e a disciplina de aproximadamente trinta mil pessoas, “tanto mais que havia sido dispensada qualquer espécie de policiamento, deixando-se o povo entregue as naturaes expansões do seu justo jubilo” (ibid., p. 10). Nenhuma menção a brigas.

Neste caso, outras imagens controle foram mobilizadas, assim como outros discursos controle. O samba foi “espetáculo memorável” e o samba “é nosso”. Assim também se intentou dar o nome da nova escola à uma pessoa reconhecida no morro, Saturnino Gonçalves. Nomear, dar sentido e identidade a um lugar não foi franqueado aos moradores.

Dois tipos de imagens e discursos de controle foram explicitados até agora. Um mais favorável a cultura do morro, outro que a deprecia. Em todos, contudo, está o papel crucial da escola onde se pode ler sem que esteja escrito, que ali se pode “beber as luzes da sciencia”. Ou seja, as pessoas dali não as tem. Estão no lugar da falta, como afirma Berth (2023).

Outros impressos noticiaram a inauguração da escola: O Imparcial, com uma nota muito próxima ao que informou o Correio da Manhã; O Malho, com apenas uma pequena frase; o Diário da Noite, estampou a notícia em primeira página, com foto da fachada da escola.

Muito perto dali, descendo o morro, em uma caminhada de dez a quinze minutos, chegava-se ao Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Sua instalação foi no ano de 1922 no casarão que pertencera ao Visconde de Ouro Preto. Seu filho, o Conde Afonso Celso doou a casa e a chácara para a congregação católica na qual sua irmã professou votos. A casa saía das mãos da família, mas não tanto, já que mais tarde, a irmã Paula se tornaria superiora da congregação.

O lançamento da pedra fundamental no dia 14 de dezembro de 1924 foi noticiado ao menos pelo Jornal do Brasil¹⁹ e pelo A Manhã, e diferem muito nas imagens criadas quanto à escola pública do morro até aqui analisada.

A notícia mais extensa encontra-se no Jornal do Brasil, que descreve a tarde bucólica em que teve lugar a cerimônia de lançamento da pedra

¹⁹ Fundado por José Veríssimo e Joaquim Nabuco, passou por várias crises financeiras e diferentes proprietários. Se posicionava como jornal do povo, representação que surgiu como resposta ao modelo florianista, propondo a superioridade da Monarquia no estabelecimento de vínculos diretos, em função da maior legitimidade e popularidade deste regime nos primeiros tempos da república (Lopes, 2006). É preciso considerar, contudo, quem era o povo para o jornal.

fundamental da escola. Os oradores eram o próprio filho do Visconde, Conde Afonso Celso, advogado que atuou como deputado geral de sua província e que compunha o corpo de colaboradores do próprio *Jornal do Brasil*; Dom Leme, o bispo em pessoa, aquele que fez face a Anísio Teixeira e atuou decisivamente para sua destituição da Universidade do Distrito Federal; e a madre superiora da qual nenhuma linha do discurso foi publicada. O jornalista do *Jornal do Brasil* que assina como M. E. C., transcreve partes dos discursos, mas seguramente monta, ele mesmo, suas representações.

Naquela tarde “todo o passado de uma época ressurgia” (*Jornal do Brasil*, 14/12/1924, p. 8): o Império. Passava-se a casa de um uso individualista para um uso altivo, nobre, patriótico: a educação católica. Essa mansão, dizia a matéria, não se tornou cortiço como muitas outras. A reforma urbana de Pereira Passos combateu essas habitações coletivas. O passado é aí construído como um tempo bom, memorável, no qual havia “chefes de família” e “solares aristocráticos na sua grandiosa simplicidade”. Já o presente tudo corrompia com “promiscuidade”, essa foi a palavra usada.

[os casarões foram] [...] amputados do verde engaste de seus jardins, como despidos brutalmente aos olhos da turba, portas e janellas escancaradas, transbordantes de uma miuçalha maltrapilha, de pretinhos e mulatos, com mulheres descalças, sentadas a soleira e trapos multicolores seccando nas sacadas do sobrado. (M. E. C..., 1924, p. 8)

Não é preciso muito para destacar as imagens controle e seus discursos: “pobre humanidade”, “amontoada sordidamente”, “turba”, tudo remetendo a desordem e falta de higiene, talvez a mesma humanidade que habitasse o morro próximo e que frequentaria a escola da Mangueira. Ali ela não teria lugar. Outro discurso controle presente nesta citação é a privacidade das casas como um valor, retirado pela presença dos pobres. Que não fiquem “despidos aos olhos da turba”. Outros jornais também noticiaram a inauguração do Nossa Senhora de Lourdes, repetindo mais ou menos estas imagens, mas com muito menos destaque.

Até aqui foram abordadas as notícias sobre a inauguração desses edifícios escolares. Agora, avançar no tempo permite observar quais permanências e mudanças aparecem nos discursos sobre estas duas escolas. Encontramos menções explícitas a ambas até meados de 1940. A partir daí tornam-se mais escassas, divulgando somente transferências de professores para o caso da escola pública e premiações no caso das duas.

UM PAPEL ESTÁVEL X UM PAPEL AMBÍGUO

Em outubro de 1936, o Diário Carioca noticiava a distribuição de doações que chegavam do pavilhão Argentino da Feira de Amostras. Carnes foram doadas para a Mangueira e ficaram a cargo da professora da Escola Municipal Humberto de Campos realizar a distribuição do que sobrou do evento. A própria senhora Vargas esteve na Mangueira para levar os víveres.

No jornal O Radical (27/10/1936, p. 1), o título da visita ao morro para entrega dessas doações era “Em contacto com a pobreza, a visita da senhora Getúlio Vargas ao morro da Mangueira.” Foram distribuídos 1500 pães e 250 quilos de carne. Ainda na mesma reportagem, é possível saber que, por iniciativa do major Fonseca, o 1º Grupo do Batalhão de Infantaria de Costa fornecia diariamente a merenda: 300 pratos de sopa. Os pratos e colheres foram oferecidos por Juan Albertoli de Campos, da Câmara de Comércio Argentina, patrono de vinte escolas, dentre elas a Humberto de Campos. Também é informado que no próximo sábado seria instalado um cinema na escola.

Aqui também podemos vislumbrar o que o jornalista entende pelo papel social da escola ao mencionar as ações de professoras e alunos:

As professoras cuidam das criancinhas do Morro quando estão doentes e, em sua missão de caridade, são solicitadas para apaziguar os pequenos conflitos, mesmo os familiares, que ali surgem com frequência. (...) Durante a visita, uma comissão apelou para a senhora Getúlio Vargas, solicitando providências no sentido de se canalizar a água para o Morro. A todas a senhora do

primeiro magistrado da Nação atendeu com captivante carinho, prometendo suavizar-lhes o sofrimento. (Em contacto com a pobreza..., 27/10/1936, p. 2).

A escola é ponto de distribuição de alimentos, foco da caridade, espaço para apaziguar conflitos. Quase descrita como uma santa, a senhora Vargas promete suavizar o sofrimento. A ação do poder público é caridosa, não de distribuição de equipamentos públicos como direito. As professoras, para além de suas tarefas educativas, ocultadas na reportagem, eram mediadoras de conflitos. Aparecem como missionárias, quase religiosas vocacionadas, não como trabalhadoras. As imagens produzidas nessas palavras conduzem ao campo religioso e à noção de profissão docente como sacerdócio e missão. Mas tal missão não seria a mesma de engrandecimento da nação como aquela das religiosas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

A primeira dama tomou seu automóvel na rua São Francisco Xavier, já no asfalto, sendo ainda saudada “pela pobreza que ali vive e para quem a visita da ilustre senhora constituiu um dia de felicidade” (ibid., p. 2). No pavilhão Argentino, de onde vinham as carnes doadas, preparavam-se, para o dia seguinte, 530 churrascos para os convivas. As notícias de doações desse tipo aparecem até o ano de 1938.

Pouco mais de um ano após a inauguração da escola do morro da Mangueira, o *Diário Carioca* noticiava que o Centro Pró-Melhoramentos do Morro havia se reunido no dia 20 de maio de 1937. Além da menção a iluminação colocada na rua principal, citavam a escola como local de instalação de uma bica, de modo que os moradores não precisassem descer ao sopé do morro para pegar água. A escola também era núcleo de pagamento dos serventuários e foi posto de recenseamento em 1943. Pode-se imaginar o trânsito diário de pessoas no entorno da escola.

Outras notícias informam sobre a inauguração da Liga Infantil de Higiene Dentária, contando com os serviços do dentista Júlio Leão de Mendonça e distribuição de escovas e pastas pelo cônsul da Argentina, Juan José Varella (Liga infantil..., 7/11/1936, p. 7). A escola também figurou entre aquelas que aderiram à Campanha Nacional da Instrução Popular

e de Alfabetização. A partir de 1940, encontram-se mais notas da Administração Municipal sobre a transferência de dentistas e professores, notas fúnebres e premiações.

Seguindo as notícias ao longo dos anos, fica claro que o lugar da falta é mais uma vez a marca deste espaço e das pessoas segundo as imagens produzidas nos periódicos analisados. Ainda que Anísio Teixeira tivesse a intenção de retirar o estigma do indivíduo, as notícias seguem ao longo dos anos vinculando a ausência à carência individual e a influência do espaço. A persistência de tal imagem fica clara em outros dois momentos em que se pode destacar reportagens emblemáticas cujo foco não é a escola, mas nos quais ela aparece: quatro anos depois da fundação e a pouco mais de dez anos da fundação.

A primeira, trata-se de em um conjunto de reportagens publicadas no Correio da Manhã intitulado “O que eu vi nas favelas”, escritas por Ybelmar Chouin Pinheiro (1940). Trata-se das impressões do repórter a propósito das condições de higiene desses lugares. Em sua visita pela Mangueira, Pinheiro afirma que ali “não há a mínima noção de higiene, nem a mais rudimentar. É bastante dizer-se que não há água, que pode ser considerada o elemento indispensável no assumpto.” (Pinheiro, 1940, p. 2).

Para avaliar o grau de higiene bucal, ele visita o gabinete dentário da Escola Humberto de Campos, onde conversa com o Dr. Armando Sarmiento Morrot, que ali trabalha. Sessenta e cinco crianças frequentam esse espaço e apenas nove delas sabem usar escovas de dentes. O repórter afirma que tal proporção assustadora dispensa comentários, mas acrescenta que a partir de campanhas feitas na escola em prol da higiene bucal, essa situação está melhorando sensivelmente.

Sobre a instrução, afirma que “é por todos sabido que a educação de uma criança depende quase exclusivamente do meio em que vive; assim sendo, a criança do morro está longe de assimilar boas maneiras” (Pinheiro, 1940, p. 4). O repórter comove-se com a situação dos pequenos – “desventuras sem fins”, “brinquedos velhos” – e não consegue imaginar como sorriem. O autor também trata da mortalidade infantil e vincula-a à falta de instrução.

Pinheiro conta que encontrou a opinião de pais que dizem ser mais proveitoso seus filhos exercerem algum ofício do que perder tempo com a escola. Na percepção destes, estava a certeza que nem todos que chegam ao fim de seus estudos conseguem colocações melhores do que as que já estavam disponíveis para sua classe social. A opinião encontra apoio nas crianças, segundo o repórter, que preferem ter algum dinheiro no final de semana “enquanto que do estudo eles só mais tarde poderão colher os frutos” (ibid., p. 4).

O jornalista colhe depoimentos de professoras²⁰ que afirmam que o aproveitamento dos alunos é abaixo do normal, crendo elas que é devido ao descuido com que são tratadas e as más convivências. A matéria indica que não há escola que “dê jeito” se o meio em que está instalada a degenera-

Chouin Pinheiro termina por apresentar a enquete que realizou com 200 famílias, 40 em cada um dos morros que percorreu. No morro da Mangueira encontrou 74 crianças em idade escolar, das quais 60 frequentavam a escola, o que parece contradizer sua informação anterior. Para ele, a escola Humberto de Campos tinha um único defeito de construção: não ter um pátio para recreio, sendo as crianças obrigadas a fazerem suas refeições em sala de aula. A presença de um gabinete dentário e de um médico traduz, em sua opinião, o bom aparelhamento da escola. Como afirma Almeida (2020), Chouin Pinheiro inscrevia-se entre aqueles que abraçaram concepções correntes entre jornalistas e educadores nas quais a degeneração orientava as discussões sobre a relação entre doença e habitação pobre.

A degeneração permitia identificar indivíduos que, tanto por sua condição social (os “idiotas incapazes de prover a própria subsistência”, nos dizeres de Franco da Rocha [apud Reis, 1994]) quanto por sua suposta fraqueza moral e racial, constituíam uma população considerada de alto risco por ser

²⁰ Em 1949 ainda se encontram referências a professoras leigas na Escola Humberto de Campos.

portadora e transmissora dos germes da desordem e da degeneração social (Almeida, 2020, p. 2).

Se lembrarmos da primeira reportagem apresentada neste artigo, esta afirmação cai como uma luva. A escola deveria ali se instalar para livrar as crianças da escola da malandragem. Em consonância com esta perspectiva, quase dez anos após a inauguração da Humberto de Campos, o Gazeta de Notícias segue veiculando a imagem da precariedade das construções, a falta de higiene e o “espetáculo da promiscuidade”. Representação duradoura que já vimos na inauguração da escola.

O morro da Mangueira não oferece nenhuma sorte de conforto e segurança, as construções de lataria velha e madeira, ‘buracosas’ e arrombadas, sem instalações higiênicas, amontoadas em assimétricas e estreitas ruelas oferecem um espetáculo de promiscuidade incrível. Segundo declaram os moradores, a escola Humberto de Campos, que serve as crianças do morro, já não atende às verdadeiras necessidades da grande população infantil do local, já que suas pequenas instalações não comportam o aumento do número de classes (Maior assistência..., 1946, p. 8).

Finalmente, mais de dez anos após sua fundação, cabe destaque a reportagem do Jornal do Brasil intitulada “Dedetizando o Morro da Mangueira pelos ‘Comandos Sanitários’” (19/03/1949, p. 6). Várias residências e estabelecimentos comerciais expurgados”. A Secretaria de Saúde e Assistência contou à reportagem que

depois do expurgo dos cinemas, recebera instruções para a ofensiva nas favelas, cabeças de porco e outros aglomerados, onde residem as populações menos favorecidas, acentuando que por isso mesmo a campanha se reveste de grande importância pelo combate a proliferação de cevandjia (sic), ou seja, de vários insetos (ibid., p. 6).

Expõem-se, neste jornal, o nome de proprietários de estabelecimentos comerciais e residências. A escola também foi visitada e elogiada pelo

Comando. A diretora queixou-se aos agentes do acúmulo de lixo na porta da instituição e das valas, foco de contaminação.

Enquanto para o morro da Mangueira a escola era retratada em meio à degenerescência desde sua implantação, sendo ela própria um meio de mitigar os efeitos de tal mal, a escola Nossa Senhora de Lourdes tinha imagens opostas a estas divulgadas nos jornais. Sobre os alunos só aparecem notícias de premiações e participações em ações caritativas. Há privacidade para eles. Suas qualidades não foram expostas a não ser vinculando-as à nobreza de ações e ao mérito. As professoras não eram apaziguadoras de conflitos ou missionárias da caridade, ainda que fossem religiosas. Foram apresentadas como trabalhadoras, “abelhas diligentes” que promovem a instrução “[...] baseadas na piedade christã, ante o principio de amar a Deus, à Pátria e à Família” (Dedetizando..., 19/03/1949, p. 6).

Sobre esse Colégio também há notícias vinculadas a esposa de Getúlio Vargas participando de ações benemerentes. Destaca-se o Chá Concerto com o patrocínio da Associação das Damas Hospitaleiras, constituída por mulheres da elite carioca. No jornal católico *A Cruz*, em 15 de novembro de 1931, a notícia do chá em benefício das obras mantidas pelas religiosas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, contou com as senhoras Vargas, Assis Brasil e Pedro Ernesto, dentre outras. A recepção ocorreu no Palace Hotel e foi também noticiada no *Correio da Manhã* e na *Revista da Semana*. O espaço é pouco descrito. Não é necessário, subentende-se beleza, limpeza e harmonia.

As diferenças apontadas nas notícias sobre uma e outra escola ao longo dos anos parecem refletir um “aqui” próximo aqueles que escreviam nos jornais e um “lá”. “Aqui”, entre o “nós” que abarcava jornalistas, Conde, bispo, religiosas e famílias dos alunos de elite ou camadas médias. “Lá” no morro, os “outros”. Os jornalistas iam lá para estudar e descrever. Aqui, no asfalto, o território e a territorialidade construídos a partir da escola como patrimônio, como herança. Lá, a escola ambígua, educando e provendo a falta de tudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada greve ou a cada manifestação dos profissionais da educação, penso no pouco apoio – para não dizer oposição – angariado na sociedade às situações precárias de trabalho nas escolas públicas com prédios deteriorados, falta de material didático, salários defasados, excesso de trabalho para professores e técnicos, falta de merenda escolar... A lista poderia prosseguir tristemente. Ao mesmo tempo, vejo nos jornais reclamações pontuais de pais e alunos sobre os problemas nessas mesmas escolas da cidade do Rio de Janeiro. As coisas parecem só acontecer como “denúncias” para um jornal específico, para um programa ou jornalista que prometem sempre “acompanhar o caso”. Manifestações coletivas não angariam simpatia. Essas impressões parecem apontar para o lugar que a mídia impressa ou televisiva ganhou entre nós e, ao mesmo tempo, para como, talvez, a perpetuação das diferenças a alimente.

Como essas pessoas veem a escola e como as imagens sobre as mesmas, produzidas por elas e pela mídia, afetam sua permanência e manutenção no tempo é a problemática maior que envolve esta pesquisa e as várias frentes que ela toma. Uma delas é perceber como os jornais do passado construíram representações sobre as escolas públicas e privadas confessionais, tomaram partido e difundiram uma imagem desses edifícios e do tipo de educação que seria por eles ofertado. Aqui, o caso estudado foi o da escola Humberto de Campos, no morro da Mangueira, tendo como ponto de comparação o colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Nos dois casos, nota-se como a mídia produz o “outro” situando-o em um espaço, e como o espaço escolar participa desta produção e está envolto nos conflitos políticos entre Igreja e Estado. A partir dos dados levantados nos jornais, observou-se a construção de certa noção de patrimônio como sentimento de posse, o empenho em descrever identidades (individuais e coletivas) e, finalmente, produzir memória ao narrar acontecimentos selecionando o que se guarda. Todos estes elementos concorrem para a produção de sentimentos de pertença e de distinção. Sua combinação faz um território.

O período estudado é de aproximação entre Igreja Católica e Estado, e duas figuras destacam-se nesse cenário: Anísio Teixeira e Dom Leme. Este último, bispo e depois arcebispo do Rio de Janeiro, organizou, ao lado de Jackson de Figueiredo, intelectuais católicos conservadores em torno do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*. A mídia jogava importante papel formativo para a Igreja tanto quanto as escolas, constituindo projeto político desde o I Concílio Plenário para a América Latina (1889). Além dos impressos, Dom Leme recebeu congregações imigradas, prestigiou-as na fundação de suas escolas como no caso do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, estabeleceu redes e fundou escolas para a população mais pobre, as escolas Cardeal Arcoverde. Anísio, enfrentou duros embates com a Igreja, tendo de afastar-se da cena política.

Tais embates parecem estender-se para as representações das escolas na mídia impressa. Há certa oposição que parece orientar todo o olhar de quem escreve sobre esses prédios e espaços que separam morro e asfalto, que procuram manter a heteronomia, função da religião (Castoriadis apud Mueller, 2015).

Por fim, cabe mencionar como aparecem as escolas, se por elas mesmas ou inseridas em um cenário. O único momento de aparecimento da escola Humberto de Campos por ela mesma foi em sua inauguração. Nas outras matérias a escola sempre aparece em meio a outras notícias de caridade, assistência ou expurgo. As palavras não são escolhidas ao acaso. Ao contrário, o colégio Nossa Senhora de Lourdes aparece por ele mesmo, nada de seu entorno é descrito. O entorno da escola Humberto de Campos parece levar os jornalistas a darem maior destaque ao aparelhamento moral que a escola aporta ao lugar do que o contrário.

Certamente tais construções ressoam na memória social e contribuem para entender as escolas como caridade ou como direito, o que implica em atitudes completamente diferentes em relação ao poder público e as provocações e exigências a ele dirigidas.

REFERÊNCIAS

A INAUGURAÇÃO, hontem de mais duas escolas públicas. *Correio da Manhã*: Rio de Janeiro, 21 jan. 1936, p. 1.

ABREU, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2013.

ALBIN, Ricardo C. *Dicionário Houaiss Ilustrado Música Popular Brasileira*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, Instituto Cultural Cravo Albin e Editora Paracatu, 2006.

ALMEIDA, Rafael G. de. A política dos Parques Proletários Provisórios no Rio de Janeiro: espaço, disciplina e degeneração. *Terra Brasilis*, n. 13, p. 1-20, 2020.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Ed., 1992.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BRITO, Alba F. O.; BOSCHINI, Fernanda F. *Patrimônio educativo. Arquitetura escola e currículo*. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2021.

CAMARGO, Paula de Oliveira. *As cidades, a cidade: política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

CHÁ concerto em benefício das obras mantidas pelas religiosas do Collegio Nossa Senhora de Lourdes. *A Cruz*: Rio de Janeiro, 15 nov. 1931, p. 5.

CONDURU, Roberto. Urbanidade na fronteira: a arquitetura das escolas públicas no Rio de Janeiro. In: MIGNOT, Ana C. V.; SILVA, Alexandra L.

SILVA, Marcelo G. da (ed.). *Outros tempos, outras escolas*. Rio de Janeiro: Quartet Editora/Faperj, p. 21–35, 2014.

DEDETIZANDO o Morro da Mangueira pelos Commandos Sanitarios. *Jornal do Brazil*: Rio de Janeiro, 19 mar. 1949, p. 6.

DÓREA, Célia R. D. Anísio Teixeira e a arquitetura escolar: planejando escolas, construindo sonhos. *Revista da FAAEBA*, Salvador, n. 13, p. 151–160, 2000.

Escolas de Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_anisio/esc_pers_brasileiras.htm>. Acesso em: 9 mar. 2021.

DUAS NOVAS escolas municipais. *O Cruzeiro*: Rio de Janeiro, 25 jan. 1936, p. 1.

EM CONTACTO com a pobreza. *O Radical*: Rio de Janeiro, 27 out. 1936, p. 2.

ESCOLAS para os morros. *Diário Carioca*: Rio de Janeiro, 22 jan. de 1936, p. 6.

FARIA FILHO, Luciano M. de. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPE, 2000.

FRAGO, Antonio V.; ESCOLANO, Augustin. *Currículo espaço e subjetividade. A arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

GINZBURG, Carlo. Representação. A palavra, a ideia, a coisa. In: GINZBURG, C. (ed.). *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 85-103.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

LEONARDI, Paula; ARANTES, Beatriz Ferreira; SOUZA, Nathália N. M. de. Patrimônio imobiliário das escolas católicas no Rio de Janeiro. In: SILVA, Alexandra Lima; LIMEIRA, Aline de Moraes; LEONARDI, Paula

(orgs.). *Um mar de escolas: mergulhos na História da Educação*. Curitiba: Appris, 2021. p. 195–212.

LEONARDI, Paula; MAIA, Giullia de Luca. O destino da casa do Visconde: fins duradouros e patrióticos da educação católica. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 24, n. 1, p. e295, 2023.

LEONARDI, Paula; MARTINS, Marco Aurélio C. Nacionalidade fundada no catolicismo: Estado e Igreja nos anos em torno do centenário da Independência. In: GONDRA, José Gonçalves (orgs.). *Independência e instrução no Brasil: História, memória e formação (1822-1872)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022. p. 301-326.

LIGA INFANTIL de Higiene Dentaria. *Correio da Manhã*: Rio de Janeiro, 21 jan. 1933, p. 7.

LOPES, Antonio H. Do monarquismo ao “populismo”: o Jornal do Brasil na virada para o século XX. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*. Débats mis en ligne le 2 mai 2006. Recuperado de: <http://journals.openedition.org/nuevomundo/2239>.

LOPES, Raimundo Hélio. O Poder Discrecional: o Governo Provisório nas páginas do jornal carioca Correio da Manhã (1930-1932). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA–ANPUH, XXIX, 2020, Brasília. *Anais de Congresso*. Brasília: UNB, 2020. p.1-12.

LUCA, Tania R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. (ed.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111–153.

MAIOR ASSISTENCIA as crianças da favela carioca. *Gazeta de Notícias*: Rio de Janeiro, 28 jun. 1946, p. 8.

M. E.C. Collegio Nossa Senhora de Lourdes. *Jornal do Brazil*: 13 dez. 1924, p. 2.

MUELLER, Helena I. Os ativos intelectuais católicos no Brasil dos anos 1930. *Revista Brasileira de História*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 69, p. 259–278, jun. 2015.

NUNES, Clarice. *A escola redescobre a cidade*. Tese de livre docência, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

NUNES, Clarice. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 73, p. 9–40, dez. 2000.

PAULILO, André L.; SILVA, José S. Urbanismo e educação na cidade do Rio de Janeiro dos anos 1920: aproximações. *Revista Educação Pública*, Cuiabá, v. 21, n. 45, p. 127–143, 2012.

PINHEIRO, Ybelmar Chaouin. O que eu vi nas favelas. *Correio da Manhã*: Rio de Janeiro, 18 ago. 1940, p. 2.

PINTO, Rubia-Mar N. Escolas e cidades do sertão (1933-1945): espaço, endereço e arquitetura. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 12, n. 2 [29], p. 107–138, 5 nov. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38789>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

PREFEITURA. *Jornal do Brazil*: Rio de Janeiro, 19 set. 1947, p. 8.

CAMPOS, Daniela Queirós. Um fazer imagem: a produção gráfica da revista O Cruzeiro. *Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História*, Maringá, vol. 20, n. 1, p. 102-116, 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *OSAL: Observatório Social de América Latina*, Buenos Aires, Argentina, ano 6, n. 16, p. 251–261, jun. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal16/D16Santos.pdf><http://www.clacso.org.ar/biblioteca>>.

SOUZA, Rosa F. de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo*. São Paulo: Edunesp, 1998.

TEIXEIRA, Giselle. *A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870 - 1919)*. 2016. 350p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

VIDAL, Diana. *Sujeitos e artefatos. Territórios de uma história transnacional da educação*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

Recebido em: 16/07/2024

Aprovado em: 04/12/2024